

MEC quer cogestão nas escolas

BRASÍLIA — A partir da próxima semana, uma comissão de técnicos do Ministério da Educação estará percorrendo as escolas públicas do Distrito Federal, para selecionar 20 que sirvam para uma experiência piloto de administração por co-gestão (governo junto com os pais). De acordo com o secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, esse teste encaixa-se num projeto do ministério de valorização do ensino público de primeiro e segundo graus, ao mesmo tempo que busca uma integração maior da comunidade com os problemas da educação. Depois de Brasília, o segundo Estado onde será adotado o sistema de co-gestão é São Paulo. O Ministério da Educação já iniciou os contatos com o governador Orestes Quérzia.

A co-gestão foi sugerida pela primeira vez no início do ano pelo presidente da Federação Nacional

das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), Luís Cassemiro. Pela proposta, caberá ao Estado a doação do terreno do prédio e a administração dos recursos humanos (funcionários e professores). Os pais se cotizarão para fazer a manutenção do prédio. Os currículos, calendários escolares, formas de avaliação etc, seriam decididos em conjunto. "Dessa forma, a comunidade se engajaria na defesa da escola pública e da educação", diz Bandeira.

A essa iniciativa se somariam duas outras providências visando a melhoria da qualidade do professor. O MEC pretende melhorar a remuneração do docente e oferecer condições de reciclagem para que haja qualificação profissional. Em contrapartida, porém, as escolas deverão passar a ter autonomia para gerir seu quadro de funcionários, demitindo ou afastando

os professores que não corresponderem às expectativas. "Hoje, a escola fica presa ao resultado dos concursos e à distribuição que fazem as secretarias de Educação. O que queremos é que a escola, se não ficar satisfeita com o primeiro da lista, possa escolher o segundo ou o terceiro", afirma Bandeira.

VESTIBULAR

De acordo com Bandeira, a necessidade de melhoria do primeiro e do segundo graus surgiu com a constatação dos problemas ocorridos este ano com os concursos vestibulares, principalmente fraudes e sobra de vagas. "Fomos forçados a facilitar o vestibular", diz Bandeira. Uma minuta de decreto nesse sentido está pronta no MEC, aguardando a assinatura do presidente José Sarney. "Essa facilidade tem de ser temporária. Temos é de melhorar o segundo grau", conclui Bandeira.